



**CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR**

**DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET**

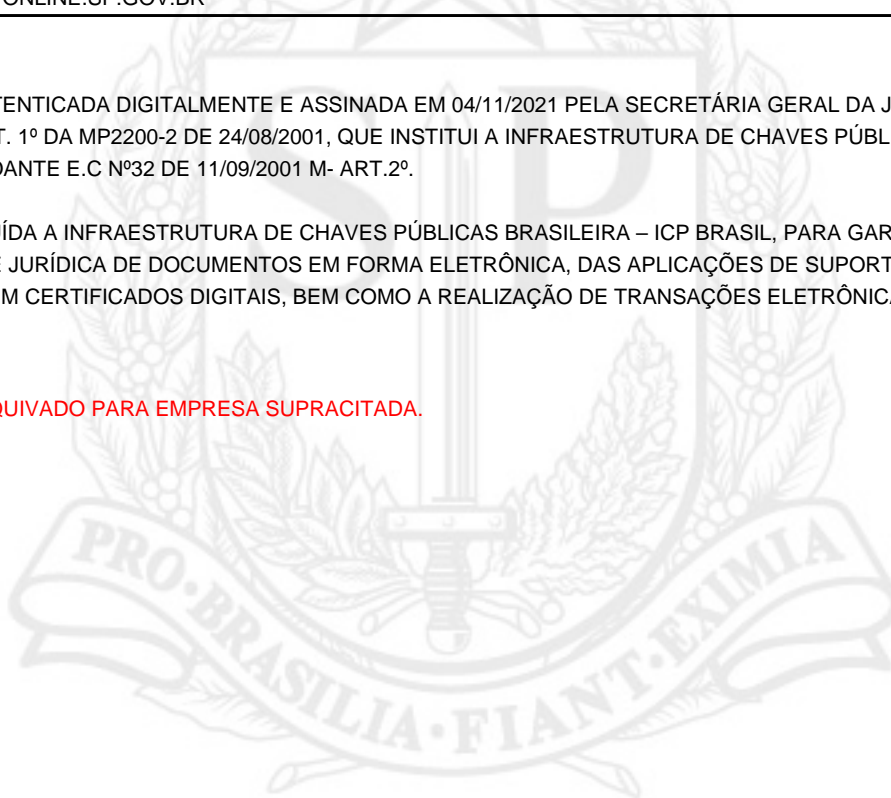
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL NOVA ALAGOAS SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI		TIPO JURÍDICO EIRELI (E.P.P.)	
NIRE 35601374168	CNPJ 24.564.257/0001-34	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 424.607/21-9	DATA DO ARQUIVAMENTO 24/09/2021

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 04/11/2021	HORA DE EXPEDIÇÃO 14:52:36	CÓDIGO DE CONTROLE 161427350
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO <a href="http://WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR">WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR</a>		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 04/11/2021 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – GISELA SIMIEMA CESCHIN, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO  
0.905.285/21-9



## CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET  
029881878-7



## DADOS CADASTRAIS

ATO Alteração do Código de Atividade Econômica/ Objeto Social; Consolidação da Matriz; Inclusão/Alteração de Integrantes;					
NOME EMPRESARIAL NOVA ALAGOAS SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI					PORTE EPP
LOGRADOURO Rua Fontoura Xavier			NÚMERO 590	COMPLEMENTO Sobreloja	CEP 08295-300
MUNICÍPIO São Paulo		UF SP	TELEFONE	EMAIL	
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 1	CNPJ - SEDE 24.564.257/0001-34	NIRE - SEDE 3560137416-8			
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: JOÃO VITOR LOMBARDI VELICEV (Titular) ASSINATURA: <i>João Vitor Lombardi Velicev</i> DATA: 24/08/2021				VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ ,00 DARF: R\$ ,00	SEQ. DOC. 1/1

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

## PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 	CARIMBO ANÁLISE  Jocy Cosme Lino Assessora Técnica do Registro Público RG 12.536.472-0
-----------------------	--------------------------	--

ANEXOS: <input checked="" type="checkbox"/> DBE <input type="checkbox"/> Procuração <input type="checkbox"/> Alvará Judicial <input type="checkbox"/> Formal de Partilha <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial <input type="checkbox"/> Outros	EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE <input checked="" type="checkbox"/> Documentos Pessoais <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação <input type="checkbox"/> Certidão	ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO   GISELA SIMIEMA CESCHIN SECRETÁRIA GERAL 424.607/21-9 
---	---	---

## OBSERVAÇÕES:

JUCESP

Visto  
Protocolado  
n.º 16535-720

24.09.21

07

## ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE EIRELI

=====

## NOVA ALAGOAS SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI

=====

**CNPJ: 24.564.257/0001-34**

**NIRE n.º 35.601.374.168**

=====

**GIVALDO SANTOS**, brasileiro, natural de Igreja Nova - AL, divorciado, nascido em 28/04/1.950, comerciante, portador da cédula de identidade RG n.º 5.400.742-2 SSP/ SP, expedido em 14/03/2.008, e do CPF n.º 587.784.708-20, residente na Rua Jose Dias Velho, n.º 114 - Jardim Nossa Senhora do Carmo - São Paulo - SP - CEP 08275-460; titular da **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA** denominada "**NOVA ALAGOAS SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI**", com sede na Rua Fontoura Xavier, n.º 590 - Sobreloja - Itaquera - São Paulo - SP - CEP 08295-300, com Ato Constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo NIRE n.º 35.601.374.168, em sessão de 11/04/2.016, e no CNPJ sob o n.º 24.564.257/0001-34, resolve fazer as alterações do ato constitutivo conforme segue:



Visto  
Certificado  
RG: 10598720

JUCESP

CLÁUSULA 1ª

O objeto passa a explorar o ramo de Comércio Varejista e Atacadista de artigos de papelaria, equipamentos e suprimentos de informática, discos, CDs, DVDs e fitas, artigos de armarinho, brinquedos, artigos recreativos, cosméticos, produtos de perfumaria e higiene pessoal, produtos saneantes domissanitários, produtos alimentícios, artigos de cama, mesa e banho, artigos de viagem, artigos esportivos, artigos do vestuário e acessórios, roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho, tapeçaria, cortinas e persianas, móveis e aparelhos eletrônicos, equipamentos de telefonia e comunicação, equipamentos de áudio e vídeo, material elétrico, material de construção e Prestação de serviços de xerox, encadernação e plastificação.

CLÁUSULA 2ª

O titular GIVALDO SANTOS, acima qualificado, transfere sua titularidade para o Sr. JOÃO VITOR LOMBARDI VELICEV, brasileiro, natural de São Paulo - SP, nascido em 18/05/2.002, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 55.492.887-5 SSP/SP, expedido em 28/08/2.020, e do CPF n.º 433.647.368-47, residente na Rua Estevão Dias Vergara, n.º 748 - Casa 1 - Jardim Nossa Senhora do Carmo - São Paulo - SP - CEP: 08275-120.

O titular retirante, recebe neste ato o pagamento integral em moeda corrente, dando-se por pago e satisfeito, e da ampla, geral e irrevogável quitação, para nada mais reclamar dos direitos e obrigações que possuía na empresa.

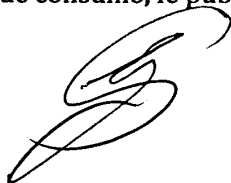
CLÁUSULA 3ª

A responsabilidade do empresário é restrita ao valor de seu capital e responde exclusivamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 4ª

O novo titular declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da EIRELI, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Y



JUCESP

Visto  
Conferido  
RG: 155301720

**CLÁUSULA 5ª**

A administração será exercida pelo novo titular **JOÃO VITOR LOMBARDI VELICEV**, que representará legalmente a empresa e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinentes ao objeto, bem como a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização do titular.

**CLÁUSULA 6ª**

O novo titular declara, sob as penas da lei, que não participe de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

**CLÁUSULA 7ª**

Todas as demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

**CONSOLIDAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE EIRELI**

**NOVA ALAGOAS SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI**

**CNPJ: 24.564.257/0001-34**

**NIRE n.º 35.601.374.168**

**JOÃO VITOR LOMBARDI VELICEV**, brasileiro, natural de São Paulo - SP, nascido em 18/05/2.002, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG n.º 55.492.887-5 SSP/SP, expedido em 28/08/2.020, e do CPF n.º 433.647.368-47, residente na Rua Estevão Dias Vergara, n.º 748 – Casa 1 – Jardim Nossa Senhora do Carmo – São Paulo - SP – CEP: 08275-120; titular da **EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA** denominada **"NOVA ALAGOAS SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI"**, com sede na Rua Fontoura Xavier, n.º 590 - Sobreloja – Itaquera – São Paulo – SP – CEP 08295-300, com Ato Constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo NIRE n.º 35.601.374.168 em sessão de 11/04/2.016, e no CNPJ sob o n.º 24.564.257/0001-34, resolve consolidar o ato constitutivo conforme segue:

7



JUCESP

Vieta  
Conferido  
RGO: 10/03/2020

**CLÁUSULA 1ª**

24 09 21

A empresa gira sob o nome empresarial de "NOVA ALAGOAS SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI", e tem sede e domicílio na Rua Fontoura Xavier, nº 590 - Sobreloja - Itaquera - São Paulo - SP - CEP 08295-300.

**CLÁUSULA 2ª**

O objeto é a exploração do ramo de Comércio Varejista e Atacadista de artigos de papelaria, equipamentos e suprimentos de informática, discos, CDs, DVDs e fitas, artigos de armarinho, brinquedos, artigos recreativos, cosméticos, produtos de perfumaria e higiene pessoal, produtos saneantes domissanitários, produtos alimentícios, artigos de cama, mesa e banho, artigos de viagem, artigos esportivos, artigos do vestuário e acessórios, roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho, tapeçaria, cortinas e persianas, móveis e aparelhos eletrônicos, equipamentos de telefonia e comunicação, equipamentos de áudio e vídeo, material elétrico, material de construção e Prestação de serviços de xerox, encadernação e plastificação.

**CLÁUSULA 3ª**

O capital social é de R\$ 88.000,00 (Oitenta e Oito Mil Reais), totalmente integralizado neste ato, em moeda corrente do País.

**CLÁUSULA 4ª**

A presente empresa é constituída por prazo indeterminado.

**CLÁUSULA 5ª**

A responsabilidade do empresário é restrita ao valor de seu capital e responde exclusivamente pela integralização do capital social.

γ 

**CLÁUSULA 6ª**

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apurados.

**CLÁUSULA 7ª**

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o empresário deliberará sobre as contas e designará administrador quando for o caso.

**CLÁUSULA 8ª**

A EIRELI poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração do ato constitutivo, devidamente assinada pelo titular da empresa.

**CLÁUSULA 9ª**

Falecendo o empresário, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**CLÁUSULA 10ª**

A administração será exercida pelo titular **JOÃO VITOR LOMBARDI VELICEV**, que representará legalmente a empresa e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinentes ao objeto, bem como a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização do titular.

**CLÁUSULA 11ª**

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não esta impedido de exercer a administração da EIRELI, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.



**CLÁUSULA 12ª**

Declaro, sob as penas da lei, que não participo de nenhuma outra empresa dessa modalidade.

**CLÁUSULA 13ª**

Fica eleito o foro de São Paulo para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

São Paulo, 24 de agosto de 2.021.

  
**GIVALDO SANTOS**

  
**JOÃO VITOR LOMBARDI VELICEV**

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELÃO DE NOTAS DISTRITO DE ITAQUERA  
Rua Américo Salvador Novelli, 389 - CEP: 08210-090 - Distrito de Itaquera - SP. Fone: (0xx11) 2944-9688  
Francisco Marcio Ribas - Oficial / Tabelião

Reconheço por semelhança a firma de: (1) GIVALDO SANTOS em documento com valor econômico, dou fé.  
São Paulo, 23 de setembro de 2021.  
Em testemunho da verdade.

STEFANIE PAULA FORTUNATO DE OLIVEIRA - ESCRIVENTE AUTORIZADA; Rtd, 197745160911240046372-001312  
Selos - Selo(s): 1 Ato:1093AA-0824137 ; Valor: R\$ R\$ 10,35  
REGISTRO CIVIL E TABELÃO DO DISTRITO DE ITAQUERA - SP  
Stefanie Paula Fort  
Escrivente A

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS EXOU RASURAS

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELÃO DE NOTAS DISTRITO DE ITAQUERA  
Rua Américo Salvador Novelli, 389 - CEP: 08210-090 - Distrito de Itaquera - SP. Fone: (0xx11) 2944-9688  
Francisco Marcio Ribas - Oficial / Tabelião

Reconheço por semelhança a firma de: (1) JOAO VITOR LOMBARDI VELICEV em documento com valor econômico, dou fé.

São Paulo, 23 de setembro de 2021.

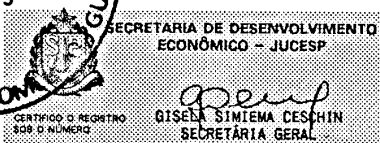
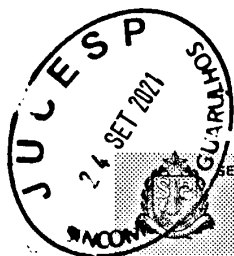
RITA DE CÁSSIA CRAVO AYRES - ESCRIVENTE; Rtd, 1938418510320300867468-00220205  
Selos - Selo(s): 1 Ato:1093AA-0824213 ; Valor: R\$ R\$ 10,35

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE SEM EMENDAS EXOU RASURAS



423011  
13 04 19  
70

RECEBIDO



424.607/21-9



JUCESP



## Declaração



Eu, JOÃO VITOR LOMBARDI VELICEV, portador da Cédula de Identidade nº 55.492.887-5, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 433.647.368-47, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa NOVA ALAGOAS SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Rua Fontoura Xavier, 590, Sobreloja, Itaquera, SP, São Paulo, CEP 08295-300, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ OBTER** parecer municipal sobre a viabilidade de instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2º, do Decreto Estadual nº 56.660/2010, bem como **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa – Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

JOÃO VITOR LOMBARDI VELICEV

RG: 55.492.887-5

NOVA ALAGOAS SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI



# JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREF  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



## DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

À Junta Comercial do Estado de São Paulo

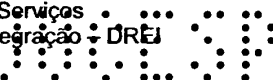
NOME					NACIONALIDADE		
JOÃO VITOR LOMBARDI VELICEV					Brasileira		
COR OU RAÇA	ESTADO CIVIL	CPF	RG/RNE	DIÁRIO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EXPEDIDOR	UF
Branca	Solteiro(a)	433.647.368-47	55492887	5	28/08/2020	SSP	SP
DOMICILADO(A)					NUMERO		
Rua Estevao Dias Vergara					748		
COMPLEMENTO		DISTRITO/BAIRRO				CEP	
Casa 1		Jardim Nossa Senhora do Carmo				08275-120	
MUNICIPIO					UF		
São Paulo					SP		
Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.							

NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIOS/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL			
LOCALIDADE	São Paulo - SP	DATA	24/08/2021
NOME	JOÃO VITOR LOMBARDI VELICEV (Administrador)	ASSINATURA	João Vitor Lombardi Velicev



# JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



## Ficha Cadastral - Quadro Societários/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 029881878-7	NIRE SEDE 3560137416-8	NOME EMPRESARIAL NOVA ALAGOAS SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI				
NOME DO INTEGRANTE					IDENTIFICAÇÃO 587.784.708-20	
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE
COR OU RAÇA						
LOGRADOURO (rua, av, etc)						NÚMERO
COMPLEMENTO		BAIRRO/DISTRITO				CEP
MUNICÍPIO					UF	PAIS
TIPO DE OPERAÇÃO Saída de Titular	TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física		USO DA FIRMA			
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS NENHUM						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						



# JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



## Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET 029881878-7	NIRE SEDE 3560137416-8	NOME EMPRESARIAL NOVA ALAGOAS SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI				
NOME DO INTEGRANTE JOÃO VITOR LOMBARDI VELICEV						IDENTIFICAÇÃO 433.647.368-47
CNPJ Sem C.N.P.J.	RG/RNE 55492887	DIGITO 5	DATA DE EXPEDIÇÃO 28/08/2020	ORGÃO EMISSOR SSP	UF SP	NACIONALIDADE Brasileira
COR OU RAÇA Branca						
LOGRADOURO (rua, av, etc) Rua Estevao Dias Vergara						NÚMERO 748
COMPLEMENTO Casa 1		BAIRRO/DISTRITO Jardim Nossa Senhora do Carmo				CEP 08275-120
MUNICÍPIO São Paulo					UF SP	PAÍS Brasil
TIPO DE OPERAÇÃO Admissão	TIPO DE INTEGRANTE Pessoa Física			USO DA FIRMA Sim - Isoladamente		
PARTICIPAÇÃO						
CARGOS Titular (entrada) Início do Mandato: 24/08/2021 Término do Mandato: Administrador (entrada) Início do Mandato: 24/08/2021 Término do Mandato:						
REPRESENTADOS NENHUM						
DADOS COMPLEMENTARES						



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado de São Paulo

PROTOCOLO REDESIM  
SPP2131363892

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
NOVA ALAGOAS SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI	24.564.257/0001-34

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

244 Alteracao de atividades economicas (principal e secundarias)  
202 Alteracao da pessoa fisica responsavel perante o CNPJ  
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Número de Controle: SP01449338 - 24564257000134

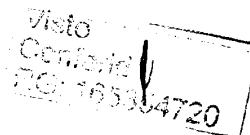
03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME	CPF
JOAO VITOR LOMBARDI VELICEV	433.647.368-47
LOCAL	DATA
	24/08/2021

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 24.564.257/0001-34

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018



**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO



JUCESP PROTOCOLO  
0.797.816/21-5

**CAPA DO REQUERIMENTO**

CONTROLE INTERNET  
029835234-6

**DADOS CADASTRAIS**

ATO Alteração do Código de Atividade Econômica/ Objeto Social/ Consolidação da Matriz; Inclusão/Alteração de Integrantes;			
NOME EMPRESARIAL NOVA ALAGOAS SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO EIRELI			PORTE EPP
LOGRADOURO Rua Fontoura Xavier	NÚMERO 590	COMPLEMENTO Sobreloja	CEP 08295-300
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 24.564.257/0001-34	NIRE - SEDE 3560137416-8	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: JOÃO VITOR LOMBARDI VELICEV (Titular) ASSINATURA: <i>João Vitor Lombardi Velicev</i>		VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 165,81 DARF: R\$ ,00	SEQ. DOC. 1/1 27 AI

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

**PARA-USE EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)**

CARIMBO PROTOCOLO JUCESP 27 AGO, 2021 PROTOCOLO	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO	CARIMBO ANÁLISE JUCESP SINULIMENCIO-GUARULHOS EXIGÊNCIA 31 AGO 2021 Jocy Cosme Lino Assessora Técnica do Registro Público RG: 16.525.472-0
--	----------------------	---

**ANEXOS:****EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE****ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO**

- |  |   |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> DBE      | <input type="checkbox"/> Documentos Pessoais      |
| <input type="checkbox"/> Procuração          | <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação       |
| <input type="checkbox"/> Alvará Judicial     | <input type="checkbox"/> Jornal                   |
| <input type="checkbox"/> Formal de Partilha  | <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação |
| <input type="checkbox"/> Balanço Patrimonial | <input type="checkbox"/> Certidão                 |
| <input type="checkbox"/> Outros              |   |

**OBSERVAÇÕES:**

78005



**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONTROLE INTERNET  
029835234-6

**FORMULÁRIO PADRONIZADO DE EXIGÊNCIAS**

Cumprir a(s) exigência(s) selecionada(s) no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da retirada do processo, devendo o presente formulário de exigência instruir o processo na reentrada, uma vez que constitui parte integrante do documento trazido a registro. A apresentação do processo, após o prazo de 30 (trinta) dias será considerado um novo processo sujeito ao pagamento do respectivo preço público novamente (artigo 57, §3º do Decreto 1800/96).

Nº	Detalhes/Fundamentação	
<b>1 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS</b>		
1.1	Substituir instrumento em virtude de erro material (sequência de páginas, cláusulas, alterações do ato constitutivo, etc.) ou por estar prejudicada, por deterioração, parcial ou integralmente, a digitalização ou leitura de seu teor. Nota: Exigir apenas quando necessário para garantir a integridade da informação. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 57. IN DREI nº 81, de 2020, art. 27.	
1.2	Substituir instrumento físico, uma vez que não poderá conter rasuras, emendas ou entrelinhas. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 35.	
1.3	Consularizar, apostilar ou traduzir documentos. IN DREI nº 81, de 2020, art. 15 e § 2º.	
<b>2 - VIABILIDADE (Nome empresarial e Locacional)</b>		
2.1	Apresentar original do documento de consulta de viabilidade deferida ou Pesquisa de Nome Empresarial (busca prévia). Nota: Substituível pela realizada eletronicamente via REDESIM. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 1.6, capítulo I.	JUCESP DREI
2.2	Corrigir dados informados via REDESIM/internet ou documentos protocolizados, pois, divergem. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 1.6, capítulo I.	31
<b>3 - DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA - DBE</b>		
3.1	Anexar DBE - Documento Básico de Entrada da Receita Federal do Brasil, devidamente assinado. Nota: Substituível pelo realizado eletronicamente via REDESIM. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 1.7, capítulo I.	JUCESP Assessoria Técnica RG
3.2	Corrigir DBE ou documentos protocolizados, pois, divergem. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 1.6, capítulo I.	
<b>4 - FICHA DE CADASTRO NACIONAL - FCN</b>		
4.1	Corrigir dados informados via REDESIM/internet ou documentos protocolizados, pois, divergem. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 1.4, capítulo I.	
<b>5 - REQUERIMENTO (CAPA DO PROCESSO)</b>		
5.1	Apresentar requerimento de arquivamento (capa de processo) devidamente preenchido e assinado pelo titular ou procurador com poderes gerais ou específicos, ou por terceiro interessado, devidamente identificado com nome, identidade e CPF. Nota: No caso de registro digital não é necessária a utilização desse requerimento, podendo o sistema eletrônico utilizado pela Junta Comercial consolidar os dados do ato levado a arquivamento e solicitar a assinatura digital do requerente. Código Civil, art. 1.151. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 33. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 1.1, capítulo I.	
5.2	Corrigir o requerimento de arquivamento (capa de processo), pois os dados informados divergem do ato apresentado ou dos dados constantes da base cadastral da Junta Comercial. Decreto nº 1.800, de 1996, arts. 33. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 1.1, capítulo I.	
<b>6 - PROCURAÇÕES E/OU AUTORIZAÇÕES</b>		
6.1	Anexar ou arquivar, em separado, procuração via original ou cópia, por instrumento público ou particular, com poderes específicos para a prática do ato.	X



# JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONTROLE INTERNET  
029835234-6



	Código Civil, art. 654, §§ 1º e 2º. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 1.2, capítulo I.	
6.2	Anexar ou arquivar, em separado, procuração pública por se tratar de pessoa analfabeta ou relativamente incapaz. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 1.2, capítulo I.	
6.3	Anexar ou arquivar, em processo separado, prova da emancipação de menor de dezoito anos e maior de dezesseis anos. Código Civil, art. 976. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 3.1, seção I, capítulo II.	
6.4	Anexar certidão ou ato de nomeação de inventariante para representação do espólio. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 4.6, seção III, capítulo II.	
6.5	Anexar alvará judicial, sentença judicial ou escritura pública de partilha de bens, para proceder alteração do ato constitutivo em que há responsabilidade do espólio. Nota: Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa. Código Civil, art. 974. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 4.6, seção III, capítulo II.	
6.6	Anexar ao ato a ser arquivado, cópia da partilha homologada e certidão de trânsito em julgado, tendo em vista o encerramento do inventário. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 4.6, seção III, capítulo II.	
6.7	Anexar a folha do Diário Oficial da União, do Estado, do DF ou do Município que contiver o ato de autorização legislativa, se tiver participação societária de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública. CF, art. 37, inciso XX. Lei nº 13.303, de 2016, art. 2º, § 2º. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 1.3, capítulo I.	
<b>7 - COMPROVANTES DE PAGAMENTO</b>		
7.1	Anexar comprovante de pagamento do preço do serviço da Junta Comercial. Nota: Não se aplica quando a confirmação do pagamento se der por outro meio. Lei nº 8.934, de 1994, art. 37, IV. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 34, IV. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 1.8, capítulo I.	
7.2	Complementar e comprovar complementação dos valores recolhidos. Lei nº 8.934, de 1994, art. 37, IV. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 34, IV. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 1.8, capítulo I.	
7.3	Anexar comprovante de pagamento do preço devido - Processo retornado após o prazo para cumprimento de exigência é considerado como novo processo e sujeito a pagamento de novo preço. Nota: Não se aplica quando a confirmação do pagamento se der por outro meio. Lei nº 8.934, de 1994, art. 40, § 3º. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 57, § 4º. IN DREI nº 81, de 2020, art. 53.	
<b>8 - ATO CONSTITUTIVO/DECISÕES/ALTERAÇÕES</b>		
8.1	Apor no ato constitutivo o visto de advogado, com a indicação do nome completo e número de inscrição na Seccional da OAB. Nota: É dispensado o visto de advogado no ato constitutivo se a EIRELI for enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte. Nota: Não é obrigatório o visto de advogado nas alterações do ato constitutivo. Lei nº 8.906, 1994, art. 1º, § 2º. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 36. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 8, seção I, capítulo II.	
8.2	Incluir ou corrigir cláusula obrigatória do instrumento. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 4, seção I, capítulo II.	ADM. (alterar) X
8.3	Corrigir o instrumento, pois os dados informados divergem dos documentos apresentados. Lei nº 8.934, de 1994, art. 35. Decreto nº 1800, de 1996, arts. 53, I e 57.	
8.4	Corrigir o instrumento, pois, as informações do documento não conferem com as constantes dos atos arquivados anteriormente. Lei nº 8.934, de 1994, art. 35. Decreto nº 1800, de 1996, art. 53, I e 57.	
8.5	Solicitar reativação, empresa cancelada pelo art. 60 da Lei nº 8.934, de 1994. Lei nº 8.934, de 1994, art. 60, § 4º. IN DREI nº 81, de 2020, art. 111.	
8.6	Apresentar as publicações determinadas em lei. Notas: I. É dispensada a apresentação das folhas quando o instrumento a ser arquivado consignar os nomes, respectivas datas e folhas dos jornais em que foram efetuadas as publicações. II. É dispensada a publicação da sociedade enquadrada como Microempresa ou empresa de pequeno porte. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 3.1, seção II, capítulo II.	
8.7	Aguardar o transcurso do prazo de noventa dias a contar da publicação, para levar a registro a ata de aprovação da redução do capital, por ser excessivo em relação ao objeto da empresa. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 4.1, seção II, capítulo II.	
8.8	Anexar certidão expedida pela Junta Comercial para onde a empresa seria transferida, com a informação de que o ato de transferência de sede não foi efetivado naquela UF. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 4.11.3, seção III, capítulo II.	
8.9	Consolidar a alteração do ato constitutivo.	

CI  
DIO-  
AG

COI  
NCA  
5.3



# JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONTROLE INTERNET

029835234-6



	Nota: É obrigatória a consolidação nos seguintes casos: reativação; transferência da sede para outra unidade da federação; e conversão de sociedade simples ou associação do cartório de registro de pessoas jurídicas para a junta comercial. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 4.11.1, seção III, capítulo II.	
<b>9 - TITULAR</b>		
<b>9.1 - PESSOA FÍSICA</b>		
9.1.1	Complementar a qualificação do titular da empresa (nome civil, por extenso; nacionalidade; estado civil (indicar, se for o caso, a união estável); data de nascimento, se solteiro; profissão; documento de identidade, número e órgão expedidor/UF; CPF; endereço) e, se for o caso, de seu procurador. Código Civil, art. 997. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 3, I, seção I, capítulo II.	
9.1.2	Qualificar o representante, em seguida à qualificação do titular. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 1, seção I, capítulo II.	
9.1.3	Anexar cópia da identidade; se imigrante, apresentar Carteira de Registro Nacional Migratório, documento fornecido pela Polícia Federal ou comprovante da autorização de residência no Brasil. Notas: I. Não se aplica aos documentos apresentados eletronicamente. II. O estrangeiro deve anexar o documento com a autorização de residência mesmo em caso de processo eletrônico Código Civil, art. 1.153. Lei nº 8.934, de 1994, art. 37, V. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 34, V. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 1.5, capítulo I.	
9.1.4	Declarar que o titular, pessoa natural, não figura em nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada. Código Civil, art. 980-A, § 2º. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, seção I, capítulo II.	
9.1.5	Não poderá ser titular de EIRELI a pessoa impedida por norma constitucional ou por lei especial. Código Civil, art. 972. Indicar nas notas explicativas qual a legislação aplicável.	
9.1.6	Qualificar os herdeiros, na condição de sucessores do titular falecido. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 4.6, seção III, capítulo II.	
<b>9.2 - PESSOA JURÍDICA</b>		
9.2.1	Complementar a qualificação da titular pessoa jurídica (nome empresarial; qualificação do representante; nacionalidade, se a sede for no exterior; endereço completo da sede; CNPJ), com sede no país ou no exterior. Código Civil, art. 997. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 3, II e III, seção I, capítulo II.	
9.2.2	Apresentar prova de sua constituição e de sua existência legal, por se tratar de pessoa jurídica estrangeira. IN DREI nº 81, de 2020, art. 12, § 1º.	
<b>10 - ADMINISTRADOR</b>		
10.1	Complementar a qualificação do administrador não titular da empresa (nome civil, por extenso; nacionalidade; estado civil (indicar, se for o caso, a união estável); data de nascimento, se solteiro; profissão; documento de identidade, número e órgão expedidor/UF; CPF; endereço). Código Civil, art. 997, VI. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 4, IX – seção I, capítulo II.	
10.2	Anexar cópia da identidade do administrador, se imigrante, apresentar Carteira de Registro Nacional Migratório, documento fornecido pela Polícia Federal ou comprovante da autorização de residência no Brasil. Nota: Não se aplica aos documentos apresentados eletronicamente. Nota 2: O estrangeiro deve anexar o documento com a autorização de residência mesmo em caso de processo eletrônico. Lei nº 8.934, de 1994, art. 37, V. Código Civil, art. 1.153. Dec. nº 1.800, de 1996, art. 34, V. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 1.5, capítulo I.	
10.3	Inserir os poderes e atribuições do administrador. Código Civil, art. 997, VI. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 5.4, seção I, capítulo II.	
10.4	Existência de impedimento para ser administrador. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 3.2, seção I, capítulo II. Indicar nas notas explicativas qual a legislação aplicável.	
10.5	Anexar ou inserir no instrumento, declaração, sob as penas da lei, de que não está condenado por nenhum crime, cuja pena vede o exercício da administração de empresa. Código Civil, art. 1.011, § 1º. Lei nº 8.934, de 1994, art. 37, II. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 34, II. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 5.4, seção I, capítulo II.	
10.6	Corrigir instrumento, pois, as funções de administração podem ser delegadas a representante ou terceiros. Código Civil, art. 1.018.	
<b>11 - NOME EMPRESARIAL</b>		
11.1	Corrigir a formação do nome empresarial para corresponder ao nome civil do titular e/ou objeto social e ao tipo societário (princípio da veracidade).	

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONTROLE INTERNET  
029835234-6



	Código Civil, art. 980-A, § 1º c/c 997, II e art. 1.158. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 53, III, alínea "a". IN DREI nº 81, de 2020, art. 18.	
11.2	Alterar o nome empresarial, pois já se encontra registrado nome empresarial idêntico. (Redação dada pela Instrução Normativa DREI nº 55, de 2 de junho de 2021) Código Civil, art. 1.163. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 53, inciso VI. IN DREI nº 81, de 2020, art. 22, I.	
11.3	Alterar o nome empresarial, quando firma, em virtude de modificação do nome civil do titular. Nota: Deverá anexar ao requerimento certidão de casamento, certidão de nascimento ou carteira de identidade (se já constar o nome civil modificado). IN DREI nº 81, de 2020, art. 18, § 2º.	
11.4	Acrescentar ao nome empresarial a expressão "EM LIQUIDAÇÃO". Código Civil, § único, art. 1.103. IN DREI nº 81, de 2020, art. 20.	
11.5	Acrescentar ao nome empresarial a expressão "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL". Lei nº 11.101, de 2005, art. 69. IN DREI nº 81, de 2020, art. 21.	
11.6	A alteração do nome empresarial, mesmo que somente para a retirada da partícula ME ou EPP deve ser feita por meio do instrumento de alteração e requerimento de alteração. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 4.1, seção III, capítulo II.	
<b>12 - OBJETO/CNAE</b>		
12.1	Definir o objeto. (Redação dada pela Instrução Normativa DREI nº 55, de 2 de junho de 2021) Código Civil, art. 997, II. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 53, III, alínea "b", e § 2º. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 5.3, seção I, capítulo II.	
12.2	Alterar objeto, pois, não é passível de registro empresarial Código Civil, arts. 966 e 982. Indicar nas notas explicativas qual a legislação aplicável.	
12.3	Transcrever o objeto na sua totalidade, em caso de alteração do objeto social. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 45. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 4.4, seção III, capítulo II.	
12.4	Compatibilizar os códigos de atividades informados (CNAE) com as atividades descritas no objeto. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 57.	
12.5	Atividade vedada para arquivamento na Junta Comercial. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 5.3, seção I, capítulo II.	
12.6	Atividade não passível de ser exercida por estrangeiro, diretamente ou por meio de participação em pessoa jurídica. Indicar nas notas explicativas qual a legislação aplicável.	
12.7	Atividade cuja participação de capital estrangeiro recebe limitação legal. Indicar nas notas explicativas qual a legislação aplicável.	
12.8	Anexar o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional. Lei nº 6.634, de 1979, art. 5º. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 2.1, capítulo I.	
<b>13 - CAPITAL</b>		
13.1	Corrigir o capital, pois, não será inferior a cem vezes o maior salário mínimo vigente no País. Código Civil, art. 980-A c/c 997, III. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 5.2, seção I, capítulo II.	
13.2	Declarar o capital, em moeda nacional, podendo compreender qualquer espécie de bens, suscetíveis de avaliação pecuniária. Nota: Qualificar os bens indicados. Código Civil, art. 997, inciso III. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 5.2, seção I, capítulo II.	
13.3	Integralizar o capital social mínimo no momento da constituição. Código Civil, art. 980-A. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 5.2, seção I, capítulo II.	
13.4	Descrever e identificar o imóvel, sua área, dados relativos à sua titulação e seu número de matrícula no Registro Imobiliário, no caso de integralização com imóvel, ou direitos a ele relativos. Lei nº 8.934, de 1994, art. 35, VII, "a". Decreto nº 1.800, de 1996, art. 53, VIII, "a". Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 5.2.2, seção I, capítulo II.	
13.5	Incluir no ato ou anexar autorização do cônjuge para integralização de capital com bens imóveis. Código Civil, art. 1.647, I. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 53, VIII, "b". Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 5.2.2, seção I, capítulo II.	
13.6	Anexar autorização judicial para a integralização de capital com bens de menor. Manual de Registro de EIRELI, anexo à IN DREI nº 81, de 2020, item 5.2.2, seção I, capítulo II.	
13.7	O capital social está abaixo do mínimo exigido para as atividades nos termos da legislação específica.	

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONTROLE INTERNET  
029835234-6



	Indicar nas notas explicativas qual a legislação aplicável.	
13.8	Observar as regras para redução de capital, sendo necessário respeitar o valor mínimo exigido em lei. Notas: I. Somente precisam ser publicadas as decisões do titular da EIRELI no caso de redução de capital, quando considerado excessivo em relação ao objeto da empresa. II. Não há necessidade de publicação se a EIRELI for enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte. Código Civil, art. 1082. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 4.1, seção II, capítulo II.	
<b>14 - DATA DE INÍCIO DA ATIVIDADE</b>		
14.1	A data de início da atividade não poderá ser anterior à data da assinatura do ato constitutivo. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 6.1, seção I, capítulo II.	
14.2	A data de início das atividades não confere com os atos já arquivados. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 53, I. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 6.1, seção I, capítulo II.	
<b>15 - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) / EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)</b>		
15.1	Juntar declaração ou declarar em cláusula específica o enquadramento, reenquadramento e desenquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte. Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º. Lei nº 8.934, de 1994, art. 32, II, d. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 4.9, seção I, capítulo II.	
15.2	Corrigir declaração de enquadramento, reenquadramento e desenquadramento de microempresa e empresa de pequeno porte. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 57.	
15.3	A empresa não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2016. Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, § 4º.	
<b>16 - ENDEREÇO DA EMPRESA E DAS FILIAIS</b>		
16.1	Declarar o endereço completo da sede. Código Civil, art. 997, II. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 53, III, "d". Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 3, "g", seção I, capítulo II.	
16.2	Declarar o endereço completo das filiais. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 53, III, "e". Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 6.3, seção I, capítulo II.	
<b>17 - PRAZO DE DURAÇÃO DA EMPRESA</b>		
17.1	Declarar o prazo de duração da empresa. Código Civil, art. 997, II. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 53, III, "f". Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 4, VI, seção I, capítulo II.	
<b>18 - ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO SOCIAL</b>		
18.1	Declarar a data de encerramento do exercício social, quando não coincidente com o ano civil. Decreto nº 1.800, 1996, art. 53, III, "f"; e Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 4, VII, seção I, capítulo II.	
<b>19 - FECHO</b>		
19.1	Indicar a localidade e datar (dia, mês e ano) o ato ou declaração. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 33. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 7, seção I, capítulo II.	
19.2	Apor a assinatura do titular ou de seu procurador no instrumento ou declaração, e rubricar as demais folhas. Nota: Não se aplica aos documentos apresentados eletronicamente. Lei 8.934, de 1994, art. 1º, I. Decreto nº 1.800, 1996, art. 40. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 7.1, seção I, capítulo II.	
19.3	A rubrica aposta na folha _____ diverge das outras, por semelhança. Nota: Exigível única e exclusivamente quando não for possível identificar ou atribuir seu autor. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 57.	
19.4	Apor a assinatura do administrador não titular designado no ato constitutivo ou na alteração do ato constitutivo. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 5.4.1, seção I, capítulo II.	
19.5	Reconhecer firma. Nota: Somente quando a Junta Comercial apresentar justificativa plausível, devidamente fundamentada. IN DREI nº 81, de 2020, art. 29. Inserir nas notas explicativas a justificativa plausível, devidamente fundamentada.	X
<b>20 - FILIAIS</b>		



**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI  
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

CONTROLE INTERNET  
029835234-6



20.1	Corrigir o capital da filial, pois a soma dos destaques de capital deverá ser inferior ao capital total da empresa. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 4.12.2, seção III, capítulo II.	
20.2	Compatibilizar atividades das filiais com as da empresa. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 57.	
20.3	Compatibilizar os códigos CNAE da filial com os da empresa. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 57.	
20.4	Informar corretamente o endereço da filial em consonância com demais atos da empresa. Decreto nº 1.800, 1996, art. 57.	
20.5	Informar ou corrigir o CNPJ nos casos de alteração, transferência ou extinção. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 57.	
<b>21 - EMPRESA SIMPLES DE CRÉDITO – ESC</b>		
21.1	Juntar declaração ou declarar em cláusula específica que o empresário não participa de outra ESC, mesmo que seja como empresário individual ou sócio de sociedade limitada. LC nº 167, de 2019, art. 2º, § 4º. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 10, seção I, capítulo II.	
21.2	Corrigir objeto, pois diverge dos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006. LC nº 167, de 2019, art. 1º. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 10, seção I, capítulo II.	
21.3	Corrigir cláusula do capital, o qual deverá ser integralizado em moeda corrente. LC nº 167, de 2019, art. 2º, § 2º. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 10, seção I, capítulo II.	
21.4	A ESC só pode ser constituída por Pessoa Natural (Pessoa Física). LC nº 167, de 2019, art. 1º Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 10, seção I, capítulo II.	
21.5	A ESC não pode abrir filiais.	
<b>22 - DISSOLUÇÃO / LIQUIDAÇÃO / EXTINÇÃO</b>		
22.1	Corrigir o instrumento de dissolução/liquidação. Decreto nº 1.800, de 1996, art. 57.	
22.2	Anexar cópia do termo de nomeação do inventariante, juntamente com autorização do juiz para a extinção da EIRELI. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 2.3, seção IV, capítulo II.	
22.3	Anexar alvará judicial ou escritura pública de partilha de bens, específico para a prática do ato, no caso de extinção por falecimento do empresário. Código de Processo Civil, art. 617 a 620; e Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 2.3, seção IV, capítulo II.	
22.4	Corrigir o instrumento de extinção, pois, deve constar os seguintes elementos: título; preâmbulo; cláusulas obrigatórias (importância atribuída ao titular, se for o caso; referência à assunção, pelo titular, do ativo e passivo porventura remanescente da empresa; e indicação do responsável pela guarda dos livros) e fecho. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 2.1, seção IV, capítulo II.	
22.5	Observar as formalidades legais da dissolução, no caso em que as fases de dissolução e liquidação forem praticadas em instrumentos específicos. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 3.1, seção IV, capítulo II.	
22.6	Observar as formalidades legais da liquidação, no caso em que as fases de dissolução e liquidação forem praticadas em instrumentos específicos. Manual de Registro de EIRELI, IN DREI nº 81, de 2020, item 3.2, seção IV, capítulo II.	
<b>23 - FORMALIDADES ADICIONAIS</b>		
23.1	Pendência ou incidência de questão judicial. Indicar nas notas explicativas a sentença ou decisão judicial.	
23.2	Pendência de regularização de ato anterior. Nota: A exigência relativa ao ato anterior deve observar os termos da Instrução Normativa nº 81, de 2020, e está prevista nesta lista de exigências. Indicar nas notas explicativas qual a pendência.	
23.3	Pendência administrativa em processo que tramita vinculado Indicar nas notas explicativas qual a pendência.	
23.4	Reiteração das exigências anteriores.	
23.5	Em virtude de reiteradas exigências acerca do mesmo tema, o documento foi indeferido nos termos do art. 198, inciso III do Dec.58.879/13.	
<b>Outras Exigências/ Descrever</b>		